

Marcelo Garcia Vieira

Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais

Crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by Marcelo Garcia Vieira

Categoria: Direito Constitucional

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Ana Lúcia Morais

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V658d

Vieira, Marcelo Garcia

Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais :
crítica os etnocentrismo ambiental brasileiro / Marcelo Garcia
Vieira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

172 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 135-147.

ISBN 978-85-67595-80-1

1. Direitos fundamentais – Brasil. 2. Multiculturalismo.
3. Pluralismo cultural. 4. Etnocentrismo. I. Título.

CDD- 342.81085

SUMÁRIO

Prefácio	I
Introdução	V
1 – O direito fundamental coletivo: reconhecimento e proteção das minorias étnicas culturais e tradicionais	1
1.1 - Conceito de identidade	3
1.2 - Conceito de identidade coletiva e étnicas e sua relação com a diversidade cultural.	11
1.3 – Conceito de comunidades tradicionais	25
2 – Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais brasileiras	43
2.1 – O direito fundamental ao reconhecimento baseado na diversidade cultural das comunidades tradicionais ...	50
2.2 - O direito fundamental à valorização baseada na diversidade cultural das comunidades tradicionais	61
2.3 – O direito fundamental à propriedade dos conhecimentos tradicionais, e o direito fundamental ao livre acesso e apropriação dos recursos naturais necessários à sobrevivência física e cultural.	80
2.4 - O direito fundamental aos espaços territoriais tradicionais e necessários à sobrevivência física e cultural	102
3 – O etnocentrismo presente na legislação ambiental brasileira	111
4 – Conclusão.	131
Referências	135